

Uma agropecuária forte amortece os impactos da Covid-19

Geraldo B. Martha Jr.¹

Nas últimas décadas, o sucesso da agropecuária baseada em ciência estabelecida no Brasil permitiu que a oferta de alimentos se expandisse em ritmo mais rápido do que o da demanda, tanto a doméstica quanto a para exportação. Como resultado, os preços reais dos alimentos, descontados os efeitos da inflação, caíram de modo consistente nos últimos 45 anos (Figura 1).

Hoje, o consumidor brasileiro paga por uma cesta de alimentos cerca de 60% do valor que era cobrado há quatro décadas e meia.

Os ganhos da queda dos preços dos alimentos, acompanhada de menor volatilidade, têm beneficiado toda a população, em especial a parcela mais pobre, cuja maior parte da renda é

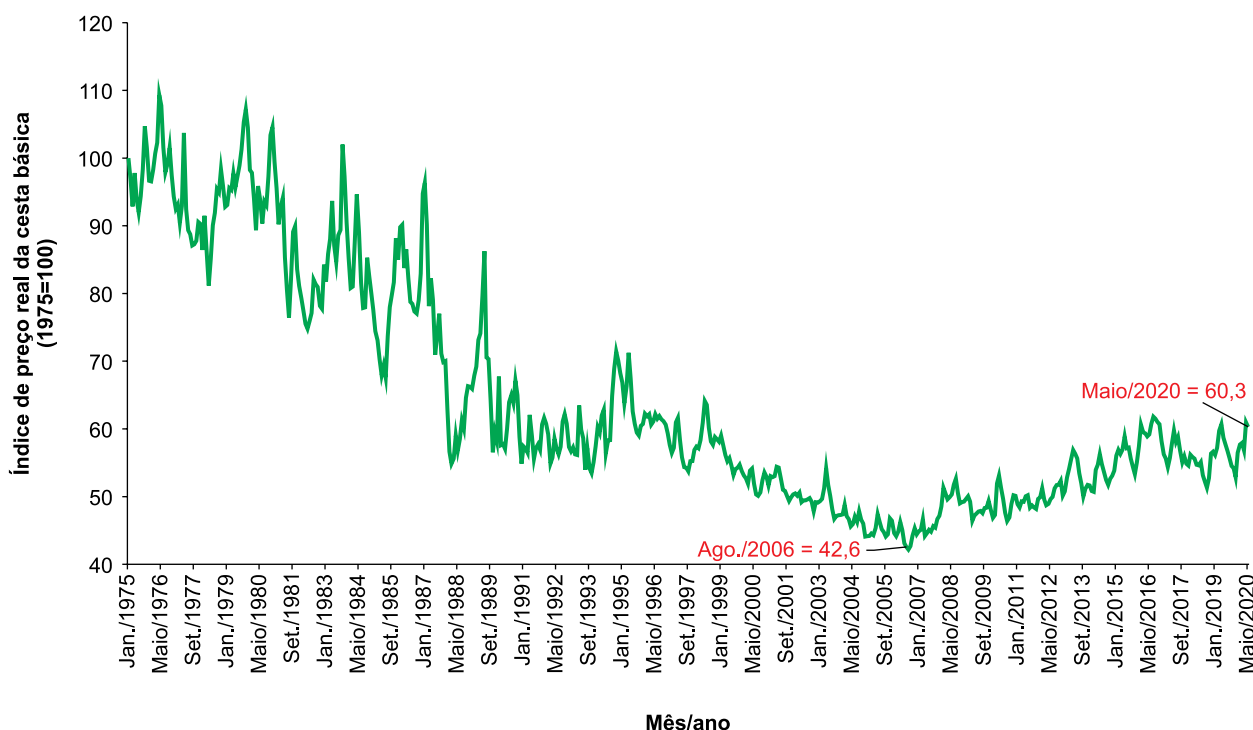


Figura 1. Índice de preços reais da cesta básica – janeiro de 1975 a março de 2020.

Fonte: elaborado com dados do Dieese (2020), deflacionados pelo IGP-DI (FGV, 2020).

¹ Pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária. E-mail: geraldo.martha@embrapa.br

gasta com alimentação. A consistente redução do preço real dos alimentos tem funcionado como uma “transferência de renda” ao mais pobre, sem a necessidade de realocação direta de renda na sociedade (Pereira et al., 2012). Esses ganhos para os consumidores ocorreram, parcialmente, às custas de uma menor renda para os produtores rurais brasileiros. Com efeito, Barros (2006) estimou que na década pós-Plano Real essa transferência de renda dos produtores rurais para os consumidores pode ter ultrapassado a casa de R\$ 1 trilhão. Segundo o autor, a transferência de renda do campo para os consumidores, majoritariamente urbanos, parece ter se estabilizado em torno de R\$ 150 bilhões por ano.

Outro efeito importante da queda dos preços dos alimentos foi o chamado efeito renda da demanda, que aumentou o poder de compra, particularmente do mais pobre. Assim, a queda continuada dos preços reais dos alimentos possibilitou o direcionamento de parte crescente da renda do brasileiro para gastos com itens não alimentícios. No fim da década de 1950, 45% do orçamento das famílias era destinado à alimentação; em 2017–2018, 12% (Tabela 1), e esse reordenamento de despesas tem dinamizado, assim, outros setores da economia. Não menos importante, como resultado dos alimentos mais acessíveis, em quantidade e qualidade, a segurança alimentar do povo brasileiro tem melhorado substancialmente nas últimas décadas.

O que muda com a Covid-19?

Ainda há muita incerteza sobre o tamanho do impacto, na saúde e na economia, que

resultará da pandemia da Covid-19 em curso. Essa doença tem causado um quadro único na história, à medida que seus efeitos deletérios sobre a saúde e a economia têm afetado, simultaneamente, as diversas regiões do globo. Parece seguro sugerir, dado o contexto, que a recuperação depois dessa crise do novo coronavírus será lenta e bastante desigual entre países, entre regiões de um país e entre os muitos setores (e subsetores) da economia.

Na conjuntura imediata ao surgimento da crise do novo coronavírus, em março de 2020, verificou-se um aquecimento da demanda por alimentos, com reflexos nos preços. Entretanto, esse quadro de demanda aquecida no mercado doméstico tende a arrefecer nas próximas semanas. Por um lado, porque a produção agropecuária e seu escoamento para pontos de distribuição continuam funcionando relativamente bem, não sendo necessário estocar alimentos. Por outro, porque a renda per capita do brasileiro começa a se deteriorar rapidamente, puxada pelo desemprego e pelo ritmo lento da economia.

No trimestre que terminou em abril de 2020, a taxa de desocupação na economia brasileira cresceu 1,4 p.p. em relação ao trimestre anterior, atingindo 12,6%, ou seja, a população ocupada, de 89,2 milhões, deixou de contar com 4,9 milhões de pessoas (Agência IBGE Notícias, 2020b). O iminente agravamento do quadro econômico, com o Relatório Focus sinalizando queda do PIB de 6,48% em 2020 (Bacen, 2020), e algumas consultorias já apontando retração de 7% a 10%, vai elevar ainda mais o desemprego e deteriorar a renda do brasileiro. Uma queda de 6% no PIB per capita real, em 2020, levaria a ren-

Tabela 1. Participação (%) dos alimentos no orçamento das famílias (São Paulo).

Despesa	1958	1969–1970	1982–1983	1994–1995	2017–2018
Alimentação	45,0	39,0	28,1	27,4	11,9
Alim. domicílio	-	95,1	82,6	78,1	66,5
Alim. fora do domicílio	-	4,9	17,4	21,9	33,5

Fonte: elaborado com dados do Dieese (2020), para 1958–1994/1995, e IBGE-POF para 2017/2018 (IBGE, 2020).

da média do brasileiro para patamares próximos àqueles registrados em 2007². A deterioração da renda per capita atua no sentido de elevar a participação dos gastos com alimentos no orçamento das famílias, revertendo a tendência de décadas mostrada na Tabela 1. Pelo menos no curto prazo, a importância relativa da agricultura para o bem-estar da população brasileira tende a crescer.

Os impactos da pandemia sobre a demanda do setor “alimentação”, no curto prazo e no imediatamente pós-pandemia, devem ser assimétricos entre seus subsectores. Essa assimetria reflete, entre outros, restrições por causa do distanciamento social, da deterioração da renda per capita nesses próximos meses, da disponibilidade de produtos substitutos e da elasticidade-renda da demanda dos produtos. Exemplificando, o percentual de alimentação fora do domicílio cresceu de 5% na década de 1950 para 33% atualmente (Tabela 1). Desse modo, este primeiro momento da pandemia, com a consequente implementação de medidas de distanciamento social, como o fechamento de restaurantes e bares, acabou impactando cerca de um terço dos canais usuais de alimentação do brasileiro típicos do período pré-crise.

O grupo “alimentação no domicílio” tem sido o menos impactado pela crise da Covid-19. Mesmo assim, conforme o estrato de renda, sua demanda deverá amargar desaceleração de 2,7% a 3,7% em relação às expectativas pré-crise. Grupos de alimentos de maior elasticidade-renda, como os segmentos de orgânicos e de proteína animal, serão mais fortemente impactados, com queda da demanda, conforme o caso, que pode ultrapassar o patamar de 9,0% na comparação com o cenário pré-crise³.

Pelo lado da oferta, a expectativa de arrefecimento da demanda nos próximos meses já se traduz em preços internacionais dos alimentos

mais baixos, o que pressiona a expectativa de renda do produtor rural. As previsões macroeconômicas e políticas para o médio e longo prazos não são otimistas, o que acaba por aumentar o grau de incerteza e elevar a volatilidade dos preços nos mercados.

Nesse cenário, o produtor tende a buscar uma posição de menor risco quanto às decisões de produção, como a atividade selecionada e o pacote tecnológico a ser adotado. Obviamente, as perspectivas quanto aos custos de oportunidade e aos riscos envolvidos na tomada de decisão são únicas para uma dada combinação produtor-propriedade, pois os recursos e insumos à disposição, em quantidade e qualidade, variam caso a caso.

Pela dimensão da política, reduzir o risco de potenciais choques negativos de oferta de alimentos, neste delicado momento de deterioração dos indicadores macroeconômicos do País, deve ser uma das estratégias priorizadas. Os mais pobres já são os que mais sofrem com a queda abrupta da atividade econômica, e sua vulnerabilidade pode crescer sobremaneira se os preços dos alimentos dispararem. Além disso, como os alimentos compõem mais de 20% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), oscilações mais significativas e para baixo na oferta de alimentos repercutem de modo expressivo nas taxas de inflação.

Por fim, mas não menos importante, a adoção mais ampla de conhecimentos e tecnologias recomendados pelos órgãos competentes, como a Embrapa, possibilita maior resiliência aos sistemas de produção agropecuária diante das pressões abióticas e bióticas. É o que se espera, por exemplo, com os sistemas bem implementados de plantio direto e de integração lavoura-pecuária-floresta. Além disso, as tecnologias e serviços digitais, providos a custos paulatinamente mais reduzidos, e com eficiên-

² O PIB per capita do brasileiro em 2018 já foi similar ao valor registrado em 2010, da ordem de US\$ 14,3 mil (poder de paridade de compra, valores constantes, US\$ internacional de 2011) (The World Bank, 2020). Em 2019, esse quadro não se alterou de maneira expressiva, já que o PIB per capita, em termos reais, variou apenas 0,3% em relação a 2018 (Agência IBGE Notícias, 2020a).

³ Admitem-se preços constantes, não incorporando, portanto, a dinâmica quando os preços vão se ajustando. Considerou-se queda de 6,48% no PIB per capita, com referência às informações do último Relatório Focus disponível, de 5 de junho de 2020.

cia crescente, podem contribuir com melhorias nos processos de gestão e tomada de decisão nas diversas etapas produtivas. Portanto, neste contexto de pandemia da Covid-19, um robusto Plano Safra 2020, fortalecido em suas diferentes vertentes (crédito, fomento a tecnologias, seguro, etc.), apresenta-se como uma estratégia essencial para o País, com impactos positivos relevantes para toda a sociedade.

Referências

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PIB cresce 1,1% e fecha 2019 em R\$ 7,3 trilhões**. 2020a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27007-pib-cresce-1-1-e-fecha-2019-em-r-7-3-trilhoes>>. Acesso em: 9 maio 2020.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação é de 12,6% e taxa de subutilização é de 25,6% no trimestre encerrado em abril de 2020. 2020b. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27820-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-6-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-25-6-no-trimestre-encerrado-em-abril-de-2020>>. Acesso em: 29 maio 2020.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Focus - Relatório de Mercado**. 5 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20200529.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

BARROS, G.S'A.C. **Agronegócio brasileiro**: perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento. Piracicaba: Esalq, Cepea, 2006. 50p.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Banco de Dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/notaBancoDados.html>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **FGV Dados**: Séries Institucionais FGV: Índice Geral de Preços - IGP-DI. Disponível em: <<http://www14.fgv.br/fgvdados20/consulta.aspx>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro, 2020.

PEREIRA, P.A.A.; MARTHA JR., G.B.; SANTANA, C.A.M.; ALVES, E. The development of Brazilian agriculture: future technological challenges and opportunities. **Agriculture & Food Security**, v.1, art.4, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1186/2048-7010-1-4>.

THE WORLD BANK. **GDP per capita, PPP (constant 2017 international \$) – Brazil**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.KD?locations=BR&view=chart>>. Acesso em: 9 maio 2020.